

RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA E A GESTÃO DEMOCRÁTICA: A MEDIÇÃO DO DIRETOR ESCOLAR

Ana Paula Oliveira Rescia – Universidade Estadual Paulista (Unesp),
FCT, câmpus Presidente Prudente, Brasil, ana.rescia@unesp.br
João Augusto Gentilini – Universidade Estadual Paulista (Unesp),
FCL, câmpus Araraquara, Brasil, jagentilini@bol.com.br

Introdução

A produção em tela tem a finalidade de apresentar uma pesquisa que teve como objeto de estudo o processo de interação entre escola e família mediado pela equipe gestora e mais, especificamente, pelo diretor escolar, à luz da gestão democrática.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) explicam que a direção escolar é a atividade funcional do diretor da escola que, juntamente com o vice-diretor, coordenador pedagógico, forma a equipe gestora. Paro (2010, p.765) afirma, todavia, que é o diretor que responde, em última instância, pelo bom funcionamento da escola, onde se deve produzir a educação que é, inclusive, um dos direitos sociais e uma das principais possibilidades de acesso à cidadania.

A mediação do diretor escolar na relação entre escola e família pode estimular e favorecer a comunidade interna como externa da escola a participar do processo de tomada de decisão, por meio do trabalho educacional colegiado, do funcionamento da escola no enfrentamento de seus desafios e do trabalho coletivo, dentre outros fatores.

Para Marques (1997, p. 39) não se trata, no entanto, dos pais se tornarem professores e, tampouco, dos professores assumirem o papel de pais e, sim, de que “[...] cada instituição tem papéis específicos, mas o desempenho desses papéis é absolutamente necessário para a construção de um programa educativo escolar de qualidade”.

A mediação da relação escola e família à luz da gestão escolar democrática pode se assentar na capacidade do diretor da escola em liderar e descentralizar as ações na escola de modo a adquirir significado para além de se referir apenas a questões administrativas e burocráticas (LIBÂNEO, 2013).

Portanto, partindo da temática de pesquisa anunciada, delineou-se a seguinte questão de pesquisa: Como o diretor escolar, à luz da gestão democrática, pode contribuir para o processo de interação escola e família?

A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, sendo que para o aporte teórico valeu-se do respaldo de estudiosos como Libâneo (2013); Libâneo, Oliveira e Toschi (2012); Paro (2010); Rescia (2005); dentre outros.

O objetivo geral da pesquisa consistiu em descrever ações do diretor escolar no processo de interação escola e família à luz da gestão escolar democrática.

Desenvolvimento

A relação entre escola e família pode contribuir com a escola na criação de mecanismos para conhecer a realidade familiar em que seus alunos estão inseridos e para criar melhores condições de interagir com essa realidade, além de favorecer a participação da família na escola, como forma de contribuir para democratizar a realidade educacional (RESCIA, 2005).

Por outro lado, segundo a autora, a família pode compreender a importância do acompanhamento da vida escolar diária dos filhos e participar, mais ativamente, no processo de tomada de decisões da escola.

No entanto, Rescia (2005) afirma que são necessárias ações da equipe gestora, sobretudo do diretor escolar, para estimular a criação da cultura escolar participativa e para cultivar a relação de interação entre escola e família, como:

- a) Estender às famílias, o convite para participarem de oficinas, cursos, conferências, palestras etc., dadas por especialistas convidados ou mesmo pelos professores, onde podem ser abordados temas de interesse comunitário, social etc., e possam discutir valores no campo ético, étnico-raciais, de gênero, aspectos legais da organização do ensino e das instâncias de participação coletiva, mudanças nas políticas educacionais, curriculares ou do calendário escolar e escolhas profissionais.
- b) Promover (e convidar as famílias) para exposições, feiras científicas, apresentações artísticas e culturais, onde os estudantes sejam os

protagonistas e possam apresentar trabalhos relativos às diversas disciplinas ou expor seus talentos e potencialidades.

- c) Criar um portal e/ou plataforma digital para que a família possa se manifestar sobre assuntos de interesse da educação de seus filhos, da escola, da comunidade escolar ou mesmo do bairro e propor e/ou sugerir medidas e iniciativas para melhoria da escola ou do ambiente escolar.
- d) Aplicar, pelo menos uma vez ao ano, questionários abertos a segmentos da comunidade escolar, resguardadas a condição de sigilo e sem obrigatoriedade e de número limitado, para que os pais e/ou responsáveis se manifestem sobre participação, Conselho Escolar, dificuldades de maior participação na escola, intensidade de presença e/ou ausência na vida escolar de seus filhos, conhecimento da equipe gestora e dos professores, formas de avaliação e identidade da escola.
- e) Organizar campanhas solidárias em épocas especiais ou eventos em datas importantes para a escola, no sentido de: 1) motivar a cidadania solidária e cooperativa e; 2) engajar a família, alunos e professores em ações conjuntas.

A criação e utilização de mecanismos democráticos e participativos na relação entre escola e família não significa, entretanto, eliminar o Estado dos serviços públicos e da responsabilidade com a escola pública, mas buscar um modo mais coletivo de submeter as decisões referentes a realidade da escola ao debate pela sociedade local. E, neste sentido, a relação escola e família pode favorecer a participação dos pais e/ou responsáveis legais no processo de tomada de decisão da escola, participação nas instâncias colegiadas, além de incentivar o acompanhamento escolar diário de seus filhos.

Segundo Nogueira (1998) as relações sociais entre a escola e a família enquanto instituições sempre existiram, embora somente a partir dos anos 1960 que o processo de interações entre professores e pais ganhou importância.

Em síntese, a partir de 1970 os estudos começaram a tentar a entender a família e a reconheceram, então, como família operária. Nos anos 1980, o mercado absorvia mão-de-obra qualificada e a família levava o filho à escola para ter qualificação. Nos anos de 1970 e 1980 a escola era vista como aparelho do Estado e como reprodutora de conteúdos (CARVALHO, 2003).

Para a autora, desde os anos 1990, a crescente interdependência causada pela globalização da economia e os consequentes ajustes econômicos no Brasil, contribuiu para o processo de acelerado empobrecimento das famílias brasileiras; alteração de seu sistema de relações, dos papéis e das formas de reprodução social. Todavia, a rapidez que vem ocorrendo as mudanças nas suas relações internas a define como uma instituição dinâmica em processo de transformação constante, dado o período social e histórico a que está inserida.

Portanto, com a diversidade das demandas desencadeadas pelo cenário socioeconômico, político e cultural do país e do mundo, não será mais possível trabalhar com um universo limitado de pessoas no processo de tomada de decisões no âmbito escolar. É necessária a ampliação e diversificação dos mecanismos de participação dos espaços educacionais, além da compreensão de que a escola é um dos espaços de cidadania, embora não o único. Com ela compete a família, instituições religiosas, organizações sociais, empresas, meios de comunicação e informação, dentre outros. É fato que o mundo atual interliga todas essas instituições, mas ao mesmo tempo, encontra na escola o espaço privilegiado de formação sistematizada e de produção do conhecimento.

Considerações Finais

Na interação entre escola e família ainda há equívoco em relação à definição dos papéis de cada instituição. Não se deve esperar que os professores assumam o papel dos pais ou que a família ensinem os estudantes. Cada um tem um papel específico importante na formação da criança.

Porém, a sociedade, em geral, continua achando que educação é problema para os professores, diretores, dirigentes etc., e não da sociedade como um todo. Lamentavelmente, a educação continua sendo tratada como área de especialistas e não como assunto de todos. Na contramão dessa realidade, a educação precisa ser pensada em termos estratégicos, para transformações sociais e como alavanca em outros setores.

Por fim, entende-se que as potencialidades da gestão da educação em uma perspectiva democrática só têm sentido se motivam uma mobilização social em torno da escola, da relação democrática entre escola e família, da participação coletiva, pois a

educação é um problema de toda a sociedade e não apenas da área educacional e seus atores.

Referências

CARVALHO, M. C. B. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC, Cortez, 2003.

LIBÂNEO, J. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6e. Goiânia: Alternativa, 2013.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10e. ver. ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

MARQUES, R. **Os Professores e suas famílias: a colaboração possível**. Lisboa: Livros Horizonte, 1997.

NOGUEIRA, M. A. Relação família-escola: novo objeto na sociologia da educação. **Paidéia**, Ribeirão Preto, nº 14/15, p. 91-103, fev/ago, 1998.

PARO, V. H. A Educação, a Política e a Administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010.

RESCIA, A. P. O. **Relação escola e família mediada pela gestão escolar: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2005.